

CEDI - P. I. B.
DATA 30 / 12 / 86
COD 0 K D 16

A PROBLEMÁTICA INDÍGENA NO MARANHÃO, ESPECIFICAMENTE
NAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA IMEDIATA DA FERROVIA CARAJÁS:
RESERVA TURIAÇU, RESERVA CARU E RESERVA PINDARÉ

Relatório elaborado pelo Antropólogo

MÉRCIO PEREIRA GOMES, Ph.D.

Professor Assistente-Doutor de Antropologia

Departamento de Ciências Sociais

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Universidade Estadual de Campinas

Campinas, 3 de Setembro de 1982

1. APRESENTAÇÃO

Este relatório visa apresentar um quadro da problemática indígena no Maranhão e suas perspectivas diante da construção da Ferrovia Carajás e do Projeto Grande Carajás. Focalizará com mais especificidade as áreas indígenas mais diretamente atingidas pela construção do leito da Ferrovia: As reservas Turiagu, Caru e Pindaró. Compreende que as reservas Araribóia, Governador e Krikati também se enquadrariam na categoria de áreas "mais diretamente atingidas" devido à sua relativa proximidade e certamente se encaixam no conceito de "impacto indireto" (indirect impact), conforme as diretrizes do Banco Mundial (ver World Bank 1981:4). Porém, por limites de intenção, serão referidas aqui em termos gerais, isto é, no contexto em que serão referidas as outras reservas do Estado do Maranhão.

Cumprе ressaltar, de início, que este relatório, dirigido à Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e através desta à Fundação Nacional do Índio (FUNAI), não dissocia a Ferrovia Carajás do Projeto Grande Carajás em termos das conseqüências que terá(ão) no panorama indígena maranhense. Aborda as putativas conseqüências desse grande empreendimento mais pelo caráter antropológico, político e social do que pelo caráter econômico ou técnico. Dessa maneira, vê a problemática indígena no Maranhão dentro da tradição antropológica brasileira que realça a inserção das sociedades indígenas no contexto globalizante, histórico e atual, da sociedade brasileira. Assim sendo, ao apresentar sugestões ou recomendações para a criação de uma po-

lítica indigenista que tenha condições de refratar as possíveis adversas conseqüências nas áreas relacionadas, fazendo em vista outros fatores fundamentais da problemática indígena, quais sejam; uma real conscientização do problema pelo órgão tutelar e o seu devido posicionamento; a viabilização da questão agrária sobretudo no que concerne os cerca de 300.000 camponeses que vivem nos municípios circunvizinhos às áreas indígenas em pauta; e um planejamento geral, de caráter democrático, não-imediatista e respeitoso das tradições locais, para toda a região afetada, para que esta possa se inserir no processo de desenvolvimento nacional de uma forma dignificada.

Portanto, qualquer tentativa que se queira fazer para resguardar os direitos ou "solucionar" os problemas dos índios afetados, que aqui serão os Guajajara, os Urubu-Kaapor e os Guajá, sem levar em consideração esses fatores, está fadada à inutilidade histórica e à repetição de tantos outros "desastres", etnocídios e mesmo genocídios que vivem na memória nacional. Este relatório se proporia otimista se pudesse ter confiança nos desígnios do desenvolvimento sócio-econômico para a região afetada pela Ferrovia Carajás.

No desenrolar deste relatório surgirão algumas expressões ambíguas, tais como "7 ou 8 povos indígenas" e "2 ou 3 aldeias", etc. No primeiro caso isso se deve ao fato de que não se pode traçar a origem cultural de um determinado grupo indígena, pois ele já não tem uma memória cultural específica. São os chamados "índios genéricos" e socialmente se confundem com outros grupos. No segundo caso é porque a formação ou desaparecimento de aldeias Guajajara e Urubu-Kaapor ocorre com

frequência regular: num ano uma área tem 5 aldeias, no outro poderá ter 4 ou 6, sem que haja aumento ou decréscimo populacional relevante.

O relatório consiste de seis seções, incluindo esta apresentação. As outras seções versam sobre a problemática indígena no Maranhão, o caso dos Guajá, as reservas Araribóia, Caru e Pindaré, respectivamente. Ao fim de cada seção apresentamos uma série de consideração e recomendações, não havendo, portanto, necessidade de uma seção de conclusões.

2. A PROBLEMÁTICA INDÍGENA NO MARANHÃO

2.1. Apresentação histórica dos Guajajara, Urubu-Kaapor e Guajã

Sem nos prolongarmos muito, cumpre-nos verificar que a história escrita dos índios no Maranhão coincide com a história da colonização desta região, desde os seus primórdios, com a fundação pelos franceses da cidade de São Luís, em 1612. Durante esses 370 anos, a população indígena, calculada em cerca de 200.000, à época da colonização (Gomes 1977), reduz-se hoje a cerca de 9.000. Esta dizimação populacional se insere no contexto histórico da colonização do atual estado, passando portanto por várias fases.

Até meados do século XVIII, a mão de obra indígena era praticamente a única disponível pelos fazendeiros de cana-de-açúcar e tabaco que floresciam lentamente na baixada maranhense. O resultado é que ficaram quase que extintos as grandes populações Tupinambá que viviam na ilha de São Luís, nas regiões de Alcântara e Guimarães e ao longo do rio Itapecuru. Com a chegada maciça de escravos negros trazidos pela Companhia do Maranhão e Grão Pará, após 1756, e concomitantemente à chegada da frente de expansão pastoril vinda do Piauí e Bahia, são dizimados os grandes grupos de índios Timbira ao longo dos vales dos rio Itapecuru, Grajaú e Mearim. Quase todos os índios que habitavam as zonas de mata de transição são extintos por volta de meados do século XIX. Exceção feita aos redutos de índios Canela, Gavião e Krikati que habitavam a zona de cerrado e absorveram os remanescentes de Timbira

Restavam assim os índios que habitavam a zona de mata da Prê-Amazônia, localizada no vale do rio Pindaré e a oeste em direção ao Pará. Parte dessa população é também dizimada por entradas oficiais e pelas guerras feitas contra quilombos de escravos fugidos, alguns dos quais chegaram a formar alianças com grupos indígenas. Por outro lado, alguns grupos sobreviventes, como os Guajajara, parte dos quais haviam sido "reduzidos" por missionários jesuítas, aumentaram de população e migraram lentamente para territórios vazios, chegando por volta de 1840 às matas de transição dos municípios de Barra do Corda, Amarante e Grajaú, onde hoje se localiza o grosso de sua população. Esses mesmos índios migraram também para a região do rio Gurupi, atravessando este rio para o atual estado do Pará e firmando território nos vales dos rios Capim e Guamã. Atualmente restam poucos Guajajara naquelas regiões (onde são conhecidos como "Tem-bê", sendo que sua auto-designação genérica é "Tenetehará").

No último quartel do século passado, migram para o Maranhão através do rio Gurupi, na altura do paralelo 3, os índios Urubu-Kaapor, os quais, de espírito aguerrido, chegam a atacar até os povoados de Penalva e Viana, já no vale do Pindaré. Pacificados em 1928, na região do rio Gurupi, esse povo sofre um tremendo descrêscimo populacional, restando, de cerca de 1200, 494 atualmente. Habitam a Reserva Turiaçu.

Na rasteira dos Urubu-Kaapor, quase que seguindo-os, por assim dizer, entram também no Maranhão os índios Guajá, atualmente o último povo viavelmente caçador-coletor do Brasil. Penetram o vale do rio Pindaré e se espalham por uma vasta extensão, sempre à procura de cocais de babaçu, de onde tiram o com-

plemento carbohidratário à sua sobrevivência física.

São esses três grupos indígenas, os Guajajara-Tembé, os Urubu-Kaapor e os Guajá, acrescentados de remanescentes de Timbira Krêjê, que fazem parte da problemática indígena específica a que este relatório se dirige.

2.2. Os Índios, a FUNAI e Suas Terras

Cumpra-nos lembrar, que, por lei constitucional e legislação específica dela advinha, os povos indígenas são considerados de menor idade, como "relativamente capazes". Têm por tutor legal a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), órgão vinculado ao Ministério do Interior. Entre tantas obrigações cumpre à FUNAI, através do Estatuto do Índio (Decreto-Lei nº 6001, de 1973, com emendas e acréscimos), defender os interesses indígenas no que concerne à inviolabilidade de suas terras (através de criação e fiscalização de reservas), de suas culturas específicas, de sua saúde, e enfim, de sua integridade física e moral. Prevê-se, outrossim, a chamada "integração" dos povos indígenas à comunidade nacional. Este conceito não é definido no Estatuto, sendo apenas esclarecido que deve ser efetuado de forma lenta e sem interferências que visem modificar os princípios das culturas indígenas específicas.

A legislação indígena atual tem uma tradição que remonta ao Império, quando os índios eram considerados "órfãos" e portanto tutelados pelo Estado. Com a criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), em 1910, e através de vários percalços até a sua extinção e substituição, em 1967, pela FUNAI, criou-se

uma política e uma prática indigenistas, cujos princípios se baseiam na ideologia do positivismo nacional exemplificado pela figura do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, o fundador e idealizador do SPI. Entre esses princípios afigura-se a noção do índio como elemento histórico e atual na formação do povo brasileiro, e portanto com legitimidade para pertencer à nação brasileira. Compreende-se, no positivismo, os índios como povos em estágios civilizatórios aquém da civilização ocidental, sendo a missão desta acelerar-lhes uma evolução natural para alcançar este suposto cume do desenvolvimento social humano, ressaltando-se que, nesse processo, deverão ser resguardadas as especificidades culturais desses povos.

Ponto de fortes debates antropológicos e filosóficos, continua o positivismo indigenista, em que pesem as suas contradições, a ditar os princípios de uma política indigenista, em que pesem, também, os seus percalços causados por uma prática de interesses contrários. De qualquer modo, a administração dessa política é feita pela presidência da FUNAI, com sede em Brasília, através de vários órgãos de assessoramento e departamentos, como o Departamento Geral do Patrimônio Indígena (DGPI), o Departamento Geral de Operações (DGO), e outros mais (cf. Estatuto do Índio), sendo que em 1981 foi extinto o Departamento Geral de Planejamento Comunitário (DGPC) o qual se encarregava de estudos antropológicos, por decreto do então presidente do órgão.

Localizadas em várias capitais de estados estão as delegacias regionais (D.R.), cuja função é implementar as diretrizes vindas da presidências e seus departamentos. Tais

diretrizes são repassadas para os postos indígenas (P.I.), localizados no determinado estado de sua jurisdição, e que mantêm e exercem o contato direto com as populações indígenas e seus problemas.

No que concerne este relatório, a Sexta Delegacia Regional da FUNAI está localizada em São Luis, sendo seu responsável atual, o Sr. Sidney Possuelo. Tem sob sua jurisdição 15 postos indígenas situados em 10 reservas indígenas, (sendo que mais 4 reservas não possuem P.I), localizadas em vários municípios maranhenses, abrangendo uma população total de cerca de 9.000 índios, divididos em 7 povos diferentes e remanescentes de outros povos cujas tradições pré-colombianas já foram quase que na sua totalidade abandonadas. (Ver Quadro I)

Os postos indígenas contam normalmente com a presença de um chefe de posto, um enfermeiro e um ou dois trabalhadores braçais, conforme a necessidade do posto, sendo por esta ordem a escala de mando. Vários postos têm viaturas próprias (alguns mantêm motoristas próprios, quando há caminhões), seja jeep Toyota ou lancha de popa de pequeno porte (15 HP). Suas farmácias contêm remédios doados por convênio pela Central de Medicamentos (CEME) e remédios comerciais comprados em São Luis ou cidades vizinhas. O grau de escolaridade de chefes de posto e enfermeiros varia muito, desde um ou outro que tem curso superior e treinamento especializado, à maioria que cursou o ginasial. Os trabalhadores braçais têm ainda menos escolaridade, embora haja honrosas exceções, nem tanto pelo número de anos passados em escolas, como por auto-didatismo.

Além desses, são funcionários de alguns postos os

QUADRO I

"CENSO TERRITORIAL, ADMINISTRATIVO E POPULACIONAL INDÍGENAS NO MARANHÃO"

Reserva	Área p/ hectare	Localização Municipal	Posto Indígena	Povo	Popu- lação
1. Turiaçu	530.524	Carutapera, Monção, Cândido Mendes, Turiaçu	Alto Turiaçu	Urubu-Kaapor	494
			Canindé	Tembé	130
				Krejé	05
			Guajã	Guajã	30+?
2. Caru	175.000	Bom Jardim	Caru	Guajajara	102
			Áwa (sub-sede)	Guajã	60
3. Pindaré	15.005	Bom Jardim		Guajajara	301
			Pindaré	Timbira	07
				Outros	61
			Guajã (Fora da Reserva)	155	
4. Araribóia	413.589	Amarante	Canudal		431
			Araribóia	Guajajara	561
			Anjico Torto		1.125
5. Krikati	136.000 (não demarcada)	Montes Altos	Krikati	Krikati	305
6. Governador	41.643	Amarante	Governador	Gaviões	278
7. Bacurizinho	82.432	Grajaú	Bacurizinho	Guajajara	966
8. Guajajara/ Cana Brava	131.868	Barra do Corda	Guajajara		1.100
			Cana Brava	Guajajara	1.405
9. Canela	125.212	Barra do Corda	Canela	Canela Ramkokamekra	686
10. Porquinhos	79.520	Barra do Corda	Porquinhos	Canela Apanyekra	271
11. Urucu-Jurua	46.000	Grajaú	(não há)	Guajajara	191
12. Geralda		Grajaú	(não há)	Timbira Pukobye	21
13. Morro Branco	48	Grajaú	(não há)	Guajajara	80
14. Rodeador	2.342	Barra do Corda	(não há)	Guajajara e Canela: ponto de caçada e paragem	--

professores e monitores bilingues. Algumas aldeias localizadas perto de postos têm professores que ensinam os princípios de leitura, redação, aritmética e conhecimentos gerais, transmitindo um grau de escolaridade talvez equivalente aos primeiros anos do primeiro ciclo. São esses professores em geral não-índios ou índios de outras regiões. Para os Guajajara foi criado em 1972-74 um curso de educação bilingue sob a supervisão linguística do Summer Institute of Linguistics, agremiação confessional norte-americana que promovia entre outras coisas o ensino bilingue entre vários povos do mundo. Desse curso obtiveram aprovação 19 monitores bilingues, todos Guajajara que já eram alfabetizados. Atualmente continuam a exercer essa atividade 14 Guajajara localizados em 14 aldeias nas reservas Araribóia, Bacurizinho e Guajajara. Um deles foi recentemente transferido para o P.I. Caru. Desde 1974 que não há reciclagem de conhecimento desses monitores, de maneira que o programa anda em ligeira decadência, ou, no/máximo, estacionou.

Na cidade de São Luis, a delegacia regional mantém uma espécie de albergue, chamado "A Casa do Índio", localizada numa movimentada rua do centro, a Rua do Sol, onde são acolhidos índios doentes que precisam de tratamento mais específico ou elaborado do que aqueles oferecidos nos postos ou nas cidades interioranas. Para isso, a FUNAI mantém convênios com o INAMSP, o FUNRURAL (em cujos termos tem algumas dezenas de índios aposentados), e com hospitais em Grajaú, Barra do Corda, Pindaré-mirim, etc.

Liderada por um médico, atualmente o Dr. Reinaldo Dames, permanece em São Luís uma equipe de saúde formada por

um dentista e duas ou três enfermeiras. Suas funções são de en caminhar devidamente os doentes albergados na Casa do Índio, e sobretudo constituir a chamada Equipe Volante de Saúde (EVS). Esta periodicamente (pelo menos duas vezes ao ano) se desloca para os vários postos indígenas (exceto os supervisionados pela Ajudância de Barra do Corda, ver em seguida), para atender diretamente às populações nos seus casos rotineiros (que variam de tuberculose crônica a extração de dentes), bem como nos casos de epidemias, tais como malária, surtos de febre amarela, sarampo, coqueluche, etc. Devido à vasta extensão a ser percorrida, ao pouco tempo permanecido in situ, e outros problemas ocasionais, são por vezes pequenos os resultados positivos, tem que pesem talvez os esforços pessoais.

Para completar esse quadro geral, vale dizer que as reservas 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14 e seus respectivos postos e populações, estão sob o controle da Ajudância de Barra do Corda, localizada naquela cidade. A ajudância é uma figura administrativa intermediária, em termos de autonomia e poder administrativo, entre o posto indígena e a delegacia. É mormente criada em áreas de relativa alta densidade indígena e/ou conflito interétnico tradicional ou recente, como é o caso dessa ajudância. Mantém na área as funções de uma delegacia, estando aparelhada com veículos e convênios hospitalares locais. No entanto, ao final, presta contas tanto à D.R. quanto à administração central em Brasília, através do DGO.

2.3. Considerações e Recomendações

Embora não faça parte da zona de imediata influência da Ferrovia Carajás, seria incabível dissociar a 6ª D.R.

das áreas indígenas a serem consideradas em seguida. Afinal, é da 6a.D.R. que partem todas as diretrizes que regulamentam as vidas dos postos e das populações indígenas concernentes. É de la que sai a EVS em missão sanitária e é para ela que confluem os problemas de saúde, de conflitos de terra e, sobretudo, de mal-entendidos entre índios e brancos, inclusive índios e os próprios funcionários da FUNAI.

Sem pretendermos sugerir modificações de ordem pessoal e caráter interno, cabe-nos, no entanto, considerar o funcionamento dessa organização na sua atualidade e na sua possibilidade.

Não deixa de ser desolador dizer que são os próprios funcionários da FUNAI que afirmam que a operatividade da 6a. D.R. tem sido tradicionalmente diminuta. Desde a sua fundação, em 1968, ela tem passado pelas mãos de cerca de 8 a 10 delegados, sem que nenhum tenha deixado uma marca positiva de sua gestão. Em alguns casos, como um certo delegado que lá esteve em 1975, sua memória tem algo do pitoresco e do malandro. Em outros, ficou algo mais do que ranço de autoritarismo e ressaibos de manipulações internas. Em todos os casos -- e isso vem desde a aposentadoria do antigo inspetor do SPI, o Sr. Sebastião Xerez -- tem faltado uma visão antropológica e política na alta cúpula da FUNAI em São Luís, cujos resultados têm sido por vezes desastrosos. Para dar três exemplos apenas. No processo de demarcação das atuais reservas Turiaçu e Caru, o então representante do DGO e o então delegado da 6a. D.R. conseguiram a proeza de criar duas reservas separadas entre si, deixando um largo corredor de penetração para grileiros, quando

até 1975 as duas reservas constituíam uma só unidade e faziam parte da Reserva Florestal de Gurupi, criada em 1961 pelo Pres. Jânio Quadros através do Decreto nº 51.026. O resultado foi duplamente pernicioso: primeiro pela perda de uma vasta área de floresta para especuladores agrários, e segundo porque abriu um corredor que antes servia de ligação a grupos Guajá e assim possibilitou o rápido contato desses índios com camponeses sitiados resultando em várias mortes por contaminação. Um segundo exemplo é o caso dos Guajá, de que falaremos mais tarde, no qual um povo exclusivamente caçador-coletor tem sido tratado de tal maneira desleixada que está à beira da extinção virtual. Um terceiro exemplo é a falta de demarcação da reserva Krikati, prometida e delimitada há já vários anos, sem que se leve a cabo a sua execução final, deixando assim aumentar as pressões dos fazendeiros locais que querem ver os índios Krikati expulsos dessa reserva no pretexto absurdo -- e que surpreendentemente algumas pessoas da FUNAI acatam -- de que os Krikati são imigrantes nessa área!

Carente portanto de uma liderança positiva, o funcionamento da 6a. D.R. se caracteriza por um caráter burocrático e um espírito empreguista, e o seu objetivo constitucionalmente estabelecido e tradicionalmente legado se esfacela. Dessa forma entende-se até porque são tantas as queixas pessoais e coletivas que os índios daquele estado constantemente fazem aos responsáveis pelo órgão. Compreende-se igualmente porque tantos funcionários que aprendem no seu contato diário com os índios a respeitá-los e que se conscientizam do seu papel intermediário entre duas culturas sentem-se tão terrível -

mente frustrados no seu trabalho e tão penosamente desorientados em sua vida profissional e com sua consciência. Falta-lhes, em suma, uma filosofia de trabalho, ainda que seja o antigo positivismo indigenista, e uma orientação e apoio nas suas práticas.

Naturalmente essa filosofia e essa prática não se conseguem da noite para o dia. Nem tampouco é uma questão de "moralizar", tão ao gosto de espíritos autoritários e medíocres. É uma questão de repensar uma filosofia nova que recoloque a problemática indígena nos tempos atuais, sobretudo diante das mudanças que irão afetar a vida em todo o estado do Maranhão. E que nessa nova visão se estude as várias possibilidades históricas que estão concretizadas nos vários povos indígenas do estado. Os sete ou oito povos indígenas concernentes encontram-se em mundos diferentes, em relações diferentes com a sociedade regional e têm projetos culturais diferentes. Por outro lado, estão, por assim dizer, no mesmo barco e assim partilham de anseios comuns. Querem, de fato, ter ligações entre si, seja por motivos de orgulho étnico, seja por uma vaga, mas premente, sensação de que são um povo à parte do povo brasileiro. De tal forma é esse anseio que muitas vezes, por exemplo, um índio Guajajara ou Urubu-Kaapor vai a São Luís, onde se hospeda na "Casa do Índio" simplesmente para ter contato com um índio Canela, e não necessariamente por motivos de saúde. Só que, infelizmente, no contato com outros índios doentes na "Casa do Índio", ele vai encontrar os motivos que justifiquem a sua presença aí.

Enfim, constatada essa necessidade de mudança na filosofia e prática da 6a. D.R., a qual poderia ser feita atra

vês de uma liderança competente que conte com o apoio constante de um antropólogo, um sertanista, um médico sanitaria, etc., pode-se pensar em algumas recomendações básicas.

Primeiro: Pode-se pensar em alguns princípios básicos de uma filosofia indigenista para a 6a.D.R. em termos das seguintes determinações:

- a. Melhor atendimento de saúde dos índios
- b. Maior contato entre os índios de áreas não contíguas para uma maior conscientização de sua vida comum e sua auto-preparação para uma independência maior.
- c. Melhor capacitação de funcionários que estão diretamente ligados ao índios e às áreas de reserva.
- d. Descentralização administrativa da 6a.D.R.

Segundo: A prática desses princípios poderia ser efetuada através dos seguintes projetos:

- 1 a. Fortalecimento da Ajudância de Barra do Corda pela fixação de uma Equipe de Saúde, com convênios hospitalares locais. b. Criação de um Centro de Convergência e reuniões dos vários povos indígenas subordinados a essa ajudância, para se inteirarem de seus problemas de terra, de educação bilingue, etc. c. Criação de um Centro de Debates de funcionários sobre questões de antropologia, sociologia e economia regional, coordenado por um

antropólogo ou sociólogo com prática indigenista. Deste centro também fariam parte um agrônomo, o médico residente, os monitores ou professores índios ou não-índios e eventuais convidados que o Centro queira ter para algum esclarecimento premente. A organização desses centros poderia ser posteriormente estabelecida pensando sempre em sua dinamização e relevância educativa. Dela poderia resultar na criação de jornais ou folhetos mimeografados, feitos pelos próprios índios, que, aliás, já o fizeram alguns anos atrás. Ao invés da localização da Ajudância ser, como o é agora, no centro da cidade de Barra do Corda, outro sítio mais amplo poderia ser usado nos arredores da cidade, sem que com isso haja despesas excessivas ao se fazer a permuta.

2. Nos mesmos termos da ajudância mencionada, criar-se uma outra para os postos indígenas da região que se confluem no Pindaré. Esta ajudância serviria as reservas do Turiaçu, Pindaré, Caru, Krikati, Araribóia e Governador -- justamente aquelas que receberão o "impacto indireto" da Ferrovia Carajás. Ela poderia ser construída numa área de 50 hectares dentro da reserva Pindaré, com a devida

permissão dos índios locais, que se encontra a apenas 10 km da cidade de Santa Inês e 15 de Bom Jardim, duas cidades que serão sobretudo beneficiadoras da industrialização planejada para a região nos próximos anos. Desta forma, inclusive, essa ajudância serviria para proteger a Reserva Pindaré dos ataques e ameaças que ela sofre atualmente e que sofrerá ainda mais com a valorização da terra nesse local tão estratégico.

3. Tendo em vista essas duas ajudâncias, a delegacia regional em São Luís poderia servir de coordenadora geral da política indígena no Maranhão, dada a sua posição no estado. Em termos de saúde, sua equipe médica estaria à disposição das outras duas equipes nas ajudâncias para os casos mais graves não solucionados em cidades como Santa Inês e Barra do Corda. Contatos entre as duas ajudâncias poderiam ser feitos na D.R. e isso tanto no nível administrativo, como no nível dos Centros planejados, como, por exemplo, para reciclagem de professores bilingues, enfermeiros, chefes de posto, antropólogos, etc. A equipe da delegacia deveria contar com um antropólogo, um advogado e um economista, juntamente com a equipe de saúde de um médico,

um dentista e dois ou três enfermeiros e o setor administrativo propriamente dito.

4. Treinamento do pessoal de saúde em princípios fundamentais da antropologia para que seu atendimento médico seja mais eficiente e respeitoso das práticas culturais indígenas. Esse é, sem dúvida, um dos maiores problemas atuais da FUNAI, cujos resultados são frequentemente diversos dos intencionados e à revelia dos esforços pessoais. Todos os índios do Maranhão sofrem por causa dessa insensibilidade antropológica do pessoal médico, mas são sobretudo os de contato recente que mais pagam por isso. A saúde física dos índios, como de resto de qualquer um de nós, está intimamente ligada à saúde mental, à segurança pessoal e ao sentimento de certeza coletiva num projeto de vida. Essa ligação deve fazer parte de qualquer política indigenista que se proponha como tarefa a mediação entre povos diferentes.

Claramente, a viabilização econômica deste plano é possível. A execução de projetos agro-pecuários ou de outra natureza, bem como de infra-estruturas de postos indígenas só poderá ser eficiente e relevante para os povos indígenas que deles supostamente se beneficiarão se for feita no molde em que haja participação dos próprios índios e dos mediadores entre

estes e a sociedade nacional. E mais: essa participação só poderá existir se for consciente dos problemas a que ela se refere. Seria através desses centros que essa participação consciente poderia se dar.

3. NA ROTA DA FERROVIA CARAJÁS: OS GUAJÁ

3.1. Apresentação

Dos 900km percorridos pela Ferrovia Carajás desde a Serra dos Carajás até o Porto Itaquí, 650 estão em território maranhense. Cerca de 450km cortam a zona ecológica da Pré-Amazônia até a altura da cidade de Santa Inês quando então começam a surgir os chamados "campos de perizes", dando lugar espaçadamente a capões de floresta até a chegada final na Bahia de São Marcos onde se localiza o Porto Itaquí.

Tradicionalmente, e isso desde épocas pré-colombianas, esse território de floresta pré-amazônica -- cortado pelos vales dos rios Gurupi, Turiaçu, Maracassumê, Pindaré, e Grajaú -- mais a leste, era habitado por vários povos indígenas, dentre os quais sobreviveram à presente data os Krikati, Gaviões, Guajajara-Tembé, Urubu-Kaapor, Guajá, remanescentes de Timbira Krejê e Pukobye e outros mais que perderam a memória pré-colombiana. Os Krikati, Gaviões e Timbira Pukobye, índios cuja língua pertence à família Jê, ocupavam uma zona mista de floresta e cerrado (ou "chapada", como é regionalmente chamada) e hoje têm seus territórios nos municípios de Montes Altos, Amarante e Grajaú (ver Quadro I). Os demais permanecem na zona

de floresta, embora bastante reduzidos em número e confinados a uma área total que não é mais que um oitavo do que era até a década de 50. Essa área está subdividida em três: as reservas Turiaçu, Caru e Pindaré.

Antes de focalizarmos essas reservas, e dadas as suas peculiaridades territoriais, faz-se mister apresentar o caso dos índios Guajã.

3.2. Os Guajã, seu território e seu futuro

Os índios Guajã, que se auto-denominam "Awa", são um dos últimos povos caçadores-coletores exclusivos no Brasil. Há apenas, do nosso conhecimento, um pequeno grupo de Avã-Canoeiros em Goiás que também pratica um modo de vida sem agricultura. Em ambos os casos, e incluindo-se os extintos Xetã, do Paraná, os Guayaki, do Paraguai, e os Sirionô, da Bolívia, são povos que falam línguas da família Tupi-Guarani e que muito provavelmente passaram a ser caçadores-coletores exclusivos após a chegada dos europeus aos seus territórios. Adaptaram-se às pressões de jesuitas e bandeirantes criando uma cultura cuja segurança principal é a viabilidade nômadica, o não-sedentarismo. Em outras ocasiões já traçamos a trajetória da história Guajã a partir de meados do século XVII. Basta esclarecer que migraram do Pará para o Maranhão por volta do terceiro quartel do século passado, provavelmente no mesmo tempo em que migraram os Urubu-Kaapor. Desde essa época eles são conhecidos pelas mesmas características gerais que os vemos agora: arredios, pacíficos mas capazes de se defenderem, vivendo em pequenos grupos que variam de um a oito famílias, amantes da caça e da pal

meira babaçu, donos de arcos enormes e possantes e altamente móveis e conhecedores da floresta.

Com esses padrões culturais os Guajã viveram e ainda vivem uma vida de extrema tensão com os povos que os cercam: os Urubu-Kaapor, os Guajajara e sobretudo os brasileiros regionais. Sua história está pontilhada por ataques desses povos que resultam em mortes e sequestros de suas mulheres e crianças. Entre os Urubu-Kaapor há uma jovem mulher Guajã que foi sequestrada em 1972 tendo seus parentes sido mortos. Há vários casos de brasileiros que tentaram criar crianças Guajã cujos pais morreram após um primeiro contato, sobretudo na região do Rio Caru. Nos últimos dez anos a própria Funai já "resgatou" uma dezena de Guajã adoentados por contato com brasileiros. Quase todos estão mortos.

A tensão naturalmente se exacerbou nos últimos 20 anos devido ao adentramento de contingentes populacionais regionais no vale do Pindaré, seja camponeses, seja fazendeiros. É possível que em 1972 o número total dos Guajã atingisse 400 pessoas em 20 grupos locais. Hoje são provavelmente 245 em talvez 12 grupos. Encontram-se separados entre si devido aos fatores condicionados pela colonização da região, como desmatamentos e povoamentos, e pelo corredor entre as reservas Turiaçu e Caru, como foi aludido atrás.

Não têm portanto os Guajã um território próprio. Um grupo de 30 se encontra na Reserva Turiaçu, já em contato com o P.I. Guajã desde 1973 quando então formavam 4 ou 5 grupos diferentes com uma população de cerca de 120. Contando que cerca de 15 desses sobreviventes são pre-adolescentes, verifica-se

que houve um descrêscimo populacional da ordem de 90%. Talvez, esperançosamente, tenha sobrevivido um grupo desses 120 originais - o que diminuiria esse trágico percentual - mas, se há, ele permanece longe do posto indígena que os serve (ver parte 4.1. para mais informações)

Dois grupos conhecidos encontram-se na Reserva Caru. Um deles, de atualmente 20 indivíduos, foram 28 até julho de 1980 quando foram transferidos do igarapé Timbira para a reserva. Incorporaram dois outros indivíduos de um grupo que encontraram no seu novo habitat e recentemente nasceu-lhes uma criança. Deveriam então ser 31; portanto sofreram 11 mortes em pouco mais de dois anos. O outro grupo, que ocasionalmente aparece na sub-sede do P.I. Caru (criado para os 102 Guajajara que vivem na reserva), é formado por cerca de 12 pessoas. Cerca de 15 outros Guajã são conhecidos desses dois grupos, porém nunca apareceram na sub-sede do posto. Portanto, contamos com cerca de 47 Guajã "conhecidos" na reserva. Porém, sabemos - através dos próprios Guajã - que há pelo menos mais um grupo de Guajã nesta reserva, o que nos faz postular um total de 60 Guajã.

Os seguintes grupos encontram-se fora de reserva:

1. Grupo Turizinho

No igarapé Turizinho, afluente do Rio Caru. Cerca de 20-25, de acordo com informações de camponeses. Esta é a região do "corredor" entre as reservas Turiaçu e Caru. É através dela que passará o ramal ferroviário que liga as reservas de bauxita e manganês de Paragominas (PA) ao trecho principal da Ferrovia Cara-

jãs na altura do Km 300.

2. Grupos Gurupi

Entre os rios Caru e Gurupi, entre os paralelos 4° e $3^{\circ}30'$, em área da Reserva Florestal do Gurupi ainda não explorada por camponeses, mas já em especulação fundiária vinda de Imperatriz, encontram-se um número indefinido de Guajã. Talvez possamos minimamente calcular sua população em 60 indivíduos, em três grupos.

3. Grupos Alto Pindaré

Ao sul da divisa da Reserva Caru, município de Imperatriz, entre os paralelos 4° e $4^{\circ} 30'$ e os meridianos $46^{\circ} 30'$ e $47^{\circ} 30'$ - ou entre os kms 334 e 422 da Ferrovia - encontram-se pelo menos dois grupos Guajã. Um deles surgiu no pátio da Fazenda Vale do Pindaré, em janeiro de 1981. O outro passou toda a temporada do inverno de 1982 na altura do km 365. Seus barracos foram por nós fotografados em julho de 1982. Encontravam-se a não mais de 500 mts. da própria Ferrovia, em terras supostamente da Fazenda e Madereira Verona, cuja sede central fica a poucos quilômetros do povoado Buriticupu. Fomos informados que os limites dessa fazenda onde apareceu esse grupo se dão com os limites de uma hipotética fazenda do grupo VARIG.

No entanto, encontram-se em área da Reserva Florestal de Gurupi. Calculamos o número desses dois grupos em 30 Guajã.

4. Grupo Buriticupu

No limite noroeste da Reserva Araribóia, já no município de Santa Luzia, encontra-se um grupo Guajã com cerca de 30 indivíduos. Supostamente essas são terras da empresa estatal de colonização COMARCO, com sede no povoado Buriticupu.

5. Grupo Goiatins

No município de Goiatins, Goiás, que extrema ao norte com o estado do Maranhão, há um pequeno grupo de cerca de 10 Guajã. Este grupo já teve cerca de 30 pessoas em 1974, quando viviam no município de Amarante. Acossados por fazendeiros, ele foi se destacando rumo sul, e no trajeto sua população foi se dizimando, sobretudo por perseguições de fazendeiros. Em 1976, um garoto foi preso e encarcerado em Posto Franco, de onde foi resgatado pela 6a. D.R. Funcionários do órgão falaram que o garoto pertencia a esse grupo Guajã que foi atacado por jagunços, resultando na morte de vários Guajã e no seu aprisionamento.

Em suma, temos um quadro no qual encontramos cerca

de 90 indivíduos /5 grupos Guajã nas reservas Turiaçu e Caru, e 155/7 grupos vivendo fora de reserva, sob nenhuma proteção oficial e na iminência de contato com camponeses e fazendeiros, cujos resultados sabemos prever como desastrosas. Aliás, não são menos desastrosos os contatos oficiais: contando os grupos da Reserva Turiaçu e o que se encontra atualmente na Reserva Caru, são mais de 100 Guajã que morreram em contato com a FUNAI. Poder-se-ia, inclusive, afirmar que o não-contato oficial favorece um percentual mais baixo de decréscimo populacional. Mas isso é válido a curto prazo e se houvesse uma possibilidade de que aqueles Guajã que estivessem fora de reserva permanecessem fora de contato com qualquer população exógena à sua. Dadas as condições de crescimento populacional na região, seja espontaneamente, seja por planejamento, tal situação de isolamento está prestes a ser certada.

3.3. Considerações e Recomendações

A especificidade do caso Guajã tem quatro níveis:

1. Sua característica social de nomadismo e falta de território protegido oficialmente.
2. Seu recém-contato e sobretudo não-contato com a chamada sociedade envolvente.
3. A falta de conhecimento e know-how do órgão oficial, a FUNAI, em relação a eles.
4. A presença de um acirramento de tensões sociais em sua região, sobretudo com a implantação da Ferrovia Carajás.

Diante disso, perguntar-se-á: "Há solução para a sobrevivência étnica dos Guajá? "Se pensarmos na história recente de casos semelhantes, como o dos Xetã e dos Avã-Canoeiro, nossa resposta seria pessimista. Se pensarmos que, em 1960, o eminente antropólogo Herbert Baldus, ao se preocupar com os 60 Xetã contactados em 1956 na Serra Dourados, no oeste paranaense, fêz um forte apelo ao SPI no sentido de dar condições para a sobrevivência desses índios, que hoje não restam mais que 5 Xetã descaracterizados culturalmente - haveríamos de cruzar nossos braços e esperar o desenrolar a história de mais um etnocídio.

Mas havemos de ser otimistas. Pensamos, como um célebre filósofo alemão, que, se nos colocamos um problema é por que temos condições de resolvê-lo. Atacando esse problema nos seus quatro níveis, ousamos fazer as seguintes propostas:

1. Criação de uma equipe de trabalho sob a supervisão de um antropólogo para estudar os seguintes pontos:
 - a - A cultura Guajá sobretudo no seu aspecto sócio-econômico do nomadismo; no seu conceito de mundo e de saúde; na sua possibilidade de adaptação a um território limitado porém amplo para a sua prática cultural. O aprendizado da língua Guajá é imprescindível.
 - b - Treinamento de uma equipe permanente com posta de antropólogos, sertanista ou equivalente, e demais pessoal necessário para exercer um trabalho de contato e proteção de sua cultura e do território que habitam.

c - elaborar um plano de transferência dos grupos mencionados nos itens 4 e 5 preferivelmente para a Reserva Caru já ampliada e com condições de receber esses índios.

2. Essa equipe de trabalho deveria fazer parte do Centro de Debates da proposta Ajudância do Pindaré e deveria lentamente propiciar aos índios Guajá de diferentes regiões a sua interação, seja para fins de busca de parceiros matrimoniais, seja pelo valor do conhecimento de sua condição geral. Deve valorizar esse contato e procurar incentivar a ampliação do conhecimento dos Guajá sobre o mundo que os cerca. Essa é uma tarefa mutuamente educativa onde ambas as partes são professores e alunos.
3. Ampliação da Reserva Caru em direção ao rio Gurupi e para o sul, de maneira a preencher os limites da Reserva Florestal do Gurupi. (Este item será elaborado mais adiante quando expormos a Reserva Caru). O objetivo imediato disso seria não transferir os grupos Turizinho, Gurupi e Alto Pindaré.
4. Proteção rigorosa das reservas indígenas através de postos de vigilância que também operem como postos indígenas. Essa proteção deverá ter o apoio de órgãos estaduais e federais ,

tais como as empresas de colonização maranhense e a própria CVRD.

O mais importante nesse trabalho é valorizar a cultura Guajá e viabilizar a sua continuidade, embora sabendo-se que nesse processo ela há de se transformar. A mudança cultural é intrínseca a qualquer cultura. Não é uma questão de "aculturação" que se deve pensar, pois este é um processo que se dá em moldes políticos desequilibrados propositalmente, seja pela violência seja pelo paternalismo. Nesse sentido, uma prática indigenista em relação aos Guajá não deveria de forma alguma tentar uma indução a uma prática de sedentarização e agricultura. Deve-se compreender que o modo de vida Guajá é fruto de 300 anos de adaptação e criação culturais e que preenche todos os requisitos de sobrevivência cultural e satisfação humana. Se os Guajá vierem a se interessar pelo trabalho agrícola ou pastoril, se-lo-ã por decisão pessoal ou coletiva de uma cultura reflexiva e atuante.

Igualmente, e de imediato mais perigoso, é a tentativa de unificação de grupos Guajá em um só em torno de um posto indígena. Usualmente essa prática é ditada pela necessidade de atendimento médico, mas os seus resultados são sempre o contrário. A contaminação virótica se dá mais rapidamente e com isso a fuga para as matas torna-se premente, sem que se consiga impedi-lo. Ademais a tradição cultural Guajá os condiciona a viver em pequenos grupos que exploram territórios mais ou menos próprios (embora sem fronteiras definidas) e que mantêm uma independência mútua na maior parte do ano. Em algumas

ocasiões ritualísticas há uma aproximação e confraternização geral, no qual, inclusive, se avalia as possibilidades de cada grupo em termos de parceiros matrimoniais e auto-segurança do grupo. Por outro lado, há uma flexibilidade na constituição de grupos, com frequentes mudanças de lealdade e liberdade individual de escolha. Por tudo isso, deve-se evitar absolutamente qualquer indução à permanência de grupos ao redor do posto indígena para não se repetir o conhecido desastre das "reduções jesuíticas" da história colonial brasileira.

A consciência e o respeito entre os Guajá e os seus mediadores da nação brasileira são possíveis, acreditamos só dessa forma haveremos de pensar na sobrevivência desse povo e no pluralismo cultural brasileiro.

4. RESERVA TURIAGU

4.1. Apresentação

Esta reserva localizada entre os rios Turiagu e Gurupí, na altura aproximadamente dos paralelos $2^{\circ}40'$ e $3^{\circ}50'$ e os meridianos $45^{\circ}20'$ e $46^{\circ}40'$, na forma de um quadrilátero irregular, faz parte da Reserva Florestal do Gurupí, existente por decreto presidencial desde 1961. Até 1976 ela formava uma única reserva ligada à Reserva Caru, uns 25 km ao sul, e continha uma área de aproximadamente 845.000 hectares. Naquele ano uma comissão do DGPI, DGO e 6a. Delegacia da FUNAI resolveram por bem dividi-la em duas reservas, constituindo assim a Reser

va Turiagu com cerca de 530.524 ha e a Reserva Caru com 170.000 ha. Perdeu-se assim 145.000 ha de terras indígenas, formando um corredor entre as reservas que permitiu a entrada de camponeses e a especulação de grileiros. Além do mais, esta é uma área já conhecida da FUNAI pela presença de Índio Guajã, pois em 1973 um ou dois grupos de Guajã entraram em contato com camponeses locais e vários deles morreram. Dois meninos e uma menina foram "resgatados" por uma equipe da FUNAI e levados a São Luís onde eventualmente apenas um deles sobreviveu. Os outros morreram de tuberculose. Acrescente-se que este corredor faz parte da Ferrovia Carajás, pois através dele passará o ramal ferroviário vindo de Paragominas. Está portanto a Reserva Turiagu dentro da zona de impacto indireto da Ferrovia Carajás.

Banhada pelos afluentes orientais do rio Gurupi e pelo vale do Alto Rio Turiagu, cujo rio tem suas cabeceiras no limite sul da reserva, esta é uma área tipicamente de floresta amazônica e de baixo relevo. Apenas no extremo sudoeste encontramos uma cadeia de montanhas localmente chamada de "Serra Azul" e que faz parte da Serra da Desordem, a qual serve como divisor das águas que correm para os rios Turiagu, Gurupi e Caru.

Até a década de 60 esta era uma região de difícil acesso, sendo conhecida apenas pelos próprios índios, alguns funcionários do SPI e regatões que subiam o rio Gurupi de canoa. No início deste século houve um pequeno surto de mineração aurífera e desde 1850 de comercialização do óleo copaíba. Nesses empreendimentos os regatões comercializavam com os índios Tembê, cuja população por volta de 1870 era de 3.000. Em 1923 ainda viviam cerca de 900 Tembê nas margens ou em igarapés

do Rio Gurupi. Essa população decaiu para cerca de 50 na década de 60 e hoje perfazem cerca de 130 vivendo um momento de renovação cultural.

Da época da mineração aurífera criaram fama os Uru-bu-Kaapor que, vindos do Pará, penetraram o território maranhense por volta do fim do século, de aldeia em aldeia até concluírem o processo na década de 1930. Pacificados em 1928, constituíam cerca de 1200-1500 pessoas. Em seguida abateram-se-lhes várias epidemias deixando assim a sua população estacionada em cerca de 450 desde a década de 60. Atualmente perfazem quase 500 indivíduos.

Por volta de 1850 uma ou duas aldeias de Timbira Krêjê que moravam no igarapé Cajuapara, afluente formador do Rio Gurupi, migrou (ram) para o médio Gurupi devido a uma briga mortífera que teve com fazendeiros recém-estabelecidos nessa região próxima à então vila de Imperatriz. Por várias razões esses índios entraram num rápido processo de perda populacional e miscigenação com regatões e camponeses que se estabeleceram ao longo do Gurupi. Assim a sua população atual é bastante miscigenada, não restando mais de 5 indivíduos que regionalmente são considerados "buros".

A Reserva Turiaçu está dentro dos municípios de Carutapera, Cândido Mendes, Turiaçu e Monção. Seu limite norte e nordeste se dá com terras da COLONE, de onde frequentemente surgem invasões de camponeses cujas terras já foram devastadas. A leste e sul há dezenas de "centros" que igualmente penetram a reserva abrindo largas clareiras para roças e por vezes entram

do em contato com grupos Guajã que delas se aproximam, pois estes não diferenciam entre os karai ("civilizados") da FUNAI e outros quaisquer. Em novembro de 1978, um grupo de 18 Guajã que mantiam contato com P.I. Guajã entrou em contato com uma dessas roças, adquiriu uma virose e 7 morreram em alguns dias. Posteriormente, ao serem alertados, o então sertanista do posto foi localizá-la e trouxe um índio já bastante doente para o posto. Em janeiro levou-o a São Luís onde veio a falecer. Os camponeses levaram consigo uma pequena criança Guajã cuja mãe havia falecido. Essa criança posteriormente veio a falecer. Aberto um inquérito policial, nenhuma irregularidade maior foi constatada a não ser a própria invasão da área, a transmissão de doenças e a falta de vigilância da área. Certamente dissiparam-se os alarmes ventilados pelo sertanista na imprensa de que esses índios haviam sido envenenados.

4.2. P.I. Guajã

Como o caso dos Guajã já foi exposto anteriormente, limitar-nos-emos aqui à organização deste posto. Foi aqui que se deu o primeiro contato formal entre Guajã e a FUNAI. Uma equipe liderada pela antropóloga Valéria Parise fez uma aproximação com um grupo de 12 Guajã em março de 1973. Eventualmente essa antropóloga teve que se demitir da FUNAI e esse contato ficou para ser levado a cabo pelo pessoal da Ga.D.R. Em 1976, um trabalhador do posto - que até julho de 1979 era uma Frente de Atração - contou 91 Guajã reunidos numa confraternização geral no pátio do posto. E foi informado de que havia mais grupos Guajã. Já havia tido umas 5 mortes registradas, mas foi só

a partir de 1977 que iniciou a derrocada populacional. Cerca de 60 mortes estão registradas até 1980, quando morreu uma mulher; em 1981, uma menina; em 1982, um menino.

Resultado de junção de vários grupos dizimados, os 30 Guajã que vivem nas proximidades do posto apresentam um quadro populacional extremamente desequilibrado. Em primeiro lugar, só há duas gerações: pais e filhos. Segundo, há apenas 9 pessoas do sexo feminino para 21 do masculino, e nesse caso uma boa parte dos homens são adolescentes ou pré-adolescentes. O resultado é uma prática sexual poliândrica que, no entanto, não preenche todas as necessidades por interdições de incesto. A necessidade de esposas está deixando o grupo bastante ansioso. Em novembro de 1981 um grupo quis se deslocar da reserva até a região do Rio Caru na esperança de contatar outros grupos com quem pudesse entrar em alianças matrimoniais.

O P.I. Guajã localizado à beira do Rio Turiaçu jurisdiciona aproximadamente um terço da Reserva Turiaçu. Isto significaria um deslocamento difícil pois não há aldeias por onde se possa parar para descanso e alimentação. Daí as raríssimas passagens de funcionários e portanto sua falta de conhecimento da topografia e das condições de proteção da área. Recentemente sobrevoamos essa área e verificamos a presença de uma grande clareira aberta a menos de 10 km do posto, sem que seu responsável soubesse dito. Foi dessa maneira que deu-se o caso de novembro de 1978.

A falta de vigilância da área poderia ser solucionada com a criação de postos de vigilância na região sudoeste, na

altura do igarapê do Milho. Mais problemática é a organização do posto. Constantemente tem havido falta de enfermeiros sem que a 6a.D.R. tenha tomado uma atitude determinada para fixar esse agente de saúde. Em segundo lugar, a política de contato efetiva na área é determinada por uma enorme falta de visão antropológica. O único funcionário que ao menos granjeia a simpatia dos Guajá é um velho servidor braçal que é, de fato a pessoa que propicia algum entendimento entre os Guajá e o posto. Uma reorganização do posto é imprescindível para o seu funcionamento, mesmo que precário. Algumas recomendações já foram colocadas na seção anterior e outras serão ventiladas no item sobre recomendações.

4.3. P.I. Alto Turiacu

Os índios Urubu-Kaapor são servidos por dois postos: o Alto Turiacu e o Canindé, sendo que este também serve aos Tembê e Krêjê. O P.I. Alto Turiacu, localizado no centro da reserva, à beira do Rio Turiacu, a cerca de 30 km por terra e 15 km por água, do P.I. Guajá, jurisdiciona cerca de 9 aldeias com 236 índios. Em 1975, por ocasiões da criação deste posto, havia três aldeias localizadas fora da reserva, em área tradicional dos Urubu-Kaapor, mas que agora então pertencia à empresa "Colonização do Nordeste", anteriormente filiada à SUDENE, e que vinha fazendo um projeto de assentamento de camponeses na região desde 1962, por ocasião da abertura da rodovia Belém-São Luís. Durante mais de 6 anos os índios destas aldeias se recusaram a mudar de local, mas, recentemente, devido ao desmatamento generalizado da área de suas aldeias e à conseqüente rarifi-

cação da caça, aparentemente resolveram se mudar para um local dentro da reserva.

O atual chefe do P.I. Alto Turiaçu é o Sr. Fred Spatt, que desde 1978 vem desenvolvendo um pertinente e obstinado trabalho para resolver alguns dos problemas mais básicos dos Urubu-Kaapor. O mais radical desses problemas é que todos os dados mostram que há cerca de 20 anos a população Kaapor praticamente não cresce. Seu índice de mortalidade é de quase 500 por 1000, e há um alto índice de tuberculose e sífilis endêmicas. Cerca de 20 indivíduos, ou 4% da população Urubu-Kaapor total, são surdos-mudos. O isolamento das aldeias, devido ao difícil acesso por falta de estradas e mesmo de simples veredas durante o inverno, é um dos principais fatores da falta de assistência e esses índios, em que pesem os grandes esforços do chefe de posto.

Este problema, bem como a periódica falta de gêneros alimentícios nas aldeias e, obviamente, de uma acessibilidade a mercadorias já necessárias a esses índios, estão inseridos num contexto antropológico mais difícil de ser precisado e sobretudo solucionado. É que os Urubu-Kaapor, depois de meio século de contato, com um terrível sofrimento populacional, emotivo e cultural, encontram-se numa encruzilhada histórica. Não têm as condições de serem índios tradicionais e não podem ser índios "aculturados". Por vezes agem como se desejassem criar um padrão de comportamento semelhante ao do civilizado, no que diz respeito às formas de trabalho individual, à acumulação de bens ou ao pensamento religioso. Outras vezes voltam ao sentimento coletivista, à igualdade econômica entre eles, à busca de uma

explicação mitológica para seu destino. Nesse vai-vem, nessa contradição de existência, muitos mal entendidos têm ocorrido entre funcionários da FUNAI e eles próprios, proporcionando climas por vezes de hostilidade indisfarçada, mutuamente. Se, como acreditamos, o atual chefe de posto compreende isso, muitos outros funcionários não o fazem, e certamente o histórico a esse respeito é negativo. A organização socio-cultural dos Urubu-Kaapor os inclina a manterem um pensamento cultural tradicional, porém seu contato com camponeses e a sociedade brasileira os conclama a criar desejos quase impossíveis. Os meios de os satisfazerem são esbarrados pelo pensamento tradicional tanto quanto pela mediação da FUNAI. Vejamos assim dois exemplos:

Seguramente é a produção agrícola a melhor maneira de se obter, através de um excedente comerciável, algum dinheiro, e portanto os bens manufaturados desejados, tais como, que rosene, roupa, sal, calçado simples, armas de fogo, etc. Para isso precisa-se aumentar o tamanho da roça, a intensidade do trabalho, melhorar os meios de produção, etc. Porém, como levar o excedente a uma praça de comércio se não há meios de transporte? Esbarra-se assim na precária mediação da FUNAI.

Outro exemplo: O chefe de posto verifica, dentro dessa precariedade, que a produção de algum outro bem agrícola específico seria mais eficiente para os índios obterem dinheiro. Resolve assim implantar plantações de cacau ou pimenta do reino. Prepara uma área para essa atividade, obtém, as mudas e a técnica específica regional, e organiza um grupo de trabalho numa determinada aldeia ou aldeias para efetivar esse plano. Acontece porém que essas plantações precisam de um trato mais

rotineiro do que as costumeiras roças de mandioca dos índios, e sem esse trato as plantas morrem. Os índios, não conhecedores dessa técnica de plantio, não acostumados na sua vida a "pensarem no cacau ou na pimenta do reino" em termos do seu ciclo produtivo, seu tempo de amadurecimento, e, enfim, do resultado da futura colheita, acabam por se desinteressar totalmente do projeto inicial. Desgasta-se no final o chefe de posto e confundem-se uma vez mais os índios do porquê isso tudo.

Em alguns momentos da história recente dos Urubu-Kaa por eles se dedicaram ciclicamente a algumas atividades de comercialização. Durante as décadas de 50 e 60, mesmo quando era proibido, havia um mercado para a comercialização de peles silvestres e pássaros tropicais. Assim muitos índios obtiveram armas de fogo, roupa e outros bens através da troca, sempre exploradora, desses produtos que podemos chamar de extrativos. Nos últimos anos o chefe de posto incentivou em algumas aldeias a extração de cipó "titica", muito usado para a fabricação de móveis em cidade como São Luís e Teresina. O próprio chefe de posto se encarregava do transporte, a barco, desse cipó, sem nenhum ônus para os índios. Mas esta é uma atividade não somente sazonal mas localizada a áreas onde há o cipó com certa abundância. A sua utilidade portanto é parcial.

Desde a sua "pacificação" efetiva na década de 30, os Urubu-Kaapor vêm mantendo um contacto mais ou menos regular com a sociedade regional. Durante mais de 30 anos eles fizeram constantes peripetivas a cidades e povoados localizados na Baixada Maranhense, como Viana e Penalva. A partir de 1966,

quando ficou definitivamente viabilizada a estrada Belém-São Luís e surgiram dezenas de povoados ou "centros" e mesmo cidades como Bom Jardim e Zé Doca, esses contatos se tornaram mais intensos e próximos. Os "centros" começaram a florescer mais próximos da área de utilização kaapor e foram penetrando no seu interior, sem que houvesse uma fiscalização do órgão responsável. O atual povoado de "Igarapé Grande" a 11 km da reserva atual era até meados de 60 área de conhecimento dos Urubu-Kaapor e sobretudo área de permanência de Guajã, pois lá foram contatados vários Guajã que posteriormente morreram, um deles, inclusive, no P.I. Pindarê, para onde fora levado.

Durante a década de 60 e até 1973 os camponeses que estabeleceram o referido povoado tinham um contato estreito com os habitantes da atual aldeia de Zé Gurupi. Essa aldeia, a maior das aldeias Urubu-Kaapor, com 80 pessoas, era então liderada pelo falecido Zé Gurupi. Este índio, vindo do rio Gurupi, daí o seu apelido, permitiu a entrada de camponeses a troco de pequenos presentes de fumo e farinha. Supostamente arrendava lotes de terra para esses camponeses, prática que lhe foi incentivada localmente e que lhe auferia algum dúbio prestígio local. Só a partir de 1974, com a morte de Zé Gurupi e a presença mais constante da FUNAI é que essa prática foi lentamente erradicada. De qualquer forma, além da perda de terras, deixou uma marca visível no comportamento dos índios desta aldeia, marca essa que é um misto de dependência atual à FUNAI e reivindicações por melhores condições de vida. Com isso obtiveram recentemente uma professora e um atendente de enfermagem e reivindicam poços artesianos devido à falta de água no verão.

Na aldeia-sede do posto, chamada Cara de Pau, encontra-se um enfermeiro, um motorista fluvial e um trabalhador braçal que auxiliam o trabalho do chefe de posto. O posto tem um pequeno e aparentemente inútil trator, um jeep Toyota, uma canoa a óleo diesel e, como vimos, duas farmácias. Esta é a estrutura básica de atendimento dos Urubu-Kaapor deste posto.

4.3. P.I. Canindé

Localizado na beira do rio Gurupi, este é um antigo posto criado em 1923 para a atração dos Urubu-Kaapor e assistência dos Tembê e Krêjê locais. Sofreu algumas mudanças de localização ao longo dos anos. Seu acesso é exclusivamente por barco a motor ou canoa. Serve a cerca de 130 Tembê, 5 Krêjê e suas famílias mestiças e 212 Urubu-Kaapor, em 3 mais 7 aldeias, respectivamente. Na aldeia-sede moram 80 Tembê e é visitada pelos outros índios que mantêm relações amistosas entre si. Os Tembê mantêm o seu sistema de pajelança que é também utilizado pelos próprios Urubu-Kaapor. São raros os casamentos entre esses grupos, no entanto, o que demonstra uma independência mútua de suas sociedades. Muitos casamentos mestiços, sobretudo com descendentes de Krêjê, acrescentam uma dimensão extemporânea ao posto que por vezes deixa-o numa posição quase de "povoado regional". Um equilíbrio, por parte dos Urubu-Kaapor, é encontrado no isolamento de suas aldeias, localizadas a apreciáveis distâncias do posto. Em algumas delas é onde vamos encontrar um maior conservadorismo cultural, inclusive com formas de reivindicação mais tradicionais, isto é, mais contundentes e agressivas. Essa agressividade surge em momentos de peri

go de morte, nos moldes já reportados por Darcy Ribeiro para a década de 50. Por outro lado, existe uma maior generosidade e hospitalidade por parte desses índios Urubu-Kaapor, em contraposição aos da região do P.I Alto Turiaçu.

Quanto aos Tembê, buscam uma renovação cultural que nos últimos anos tem se firmado nas mãos de uma mulher. A grande queda populacional dos Tembê nos últimos 80 anos haveria de nos indicar uma completa assimilação desse grupo a padrões culturais regionais. Tal não se deu totalmente devido ao contato que esse grupo mantém com seus compatriotas que se encontram na Reserva Guamã, no Pará, bem como com os Guajajara do Maranhão. Alguns Tembê dessa região foram utilizados em equipes de "pacificação" de outros índios de família linguística Tupi-Guarani, tais como os Parakanã e Araweté, e com isso adquiriram uma visão mais aprofundada de sua indianidade, que trouxeram de volta aos seus lares.

Curiosamente a FUNAI não inclui este posto no seu projeto de utilização da verba doada pela CVRD. Vale acrescentar que sua única fronteira de jurisdição é o próprio Rio Gurupi em cuja margem ocidental está o estado do Pará. Esta é uma região de alto índice de crescimento demográfico e econômico, o que portanto leva à intensificação de invasões da reserva.

4.4. Considerações e Recomendações

A dimensão entropológica dessa reserva nos faz ver que não será simples criar um plano de resguardo e engrandecimento do seus quatro povos. Temos aí, de fato, quatro situações

antropológicas diferentes devido às peculiaridades históricas dos seus povos. Os Guajã são um povo ameaçado de extinção, de cujas características já falamos. Os Urubu-Kaapor encontram-se num estágio crucial de sua vivência com a sociedade nacional. Os Tembê, que já ultrapassaram o estágio dos Urubu-Kaapor, acham-se num novo processo de revitalização cultural e portanto têm requisitos diferentes. E os Krêjé encontram-se no limite máximo de sua continuidade étnica, quase que conformados com uma solução de assimilação total, seja nos termos da sociedade camponesa, seja, possivelmente nos termos da sociedade Tembê.

Essa dimensão antropológica faz dessa reserva um poço de reflexão sobre uma criação de uma nova prática indigenista. A proposta de criação da Ajudância do Pindaré seria um fulcro para esta criação. Alguns pontos que poderiam dirigir essa reflexão são os seguintes:

1. Proteção da área da reserva por medidas efetivadas através da FUNAI com o apoio de órgãos como a COLONE e a CVRD e sobretudo com pessoal indígena.
2. Melhoramento dos meios de comunicação.
3. Melhoramento das condições de saúde com treinamento especializado dos próprios índios para atuarem como enfermeiros.
4. Criação de projetos agrícolas com a total participação dos índios nos moldes propostos de participação consciente.

5. Formação de escolas e professores bilingues. No caso dos Tembê, bastar-se-ia reciclar e ampliar o Programa Bilingue Guajajara. Para os Urubu-Kaa por organizar-se-ia um programa de treinamento dos Urubu-Kaapor já alfabetizados sob a supervisão do chefe de posto do Alto Turiagu.

Tais pontos de trabalho deveriam ser elaborados com seriedade e esperança através dos Centros de Debates e Convergência localizados na proposta de Ajudância.

5. RESERVA CARU

Esta reserva foi demarcada em 1977 e oficializada no ano seguinte. Como vimos, fazia parte, em uma única área, da antiga Reserva Turiagu até a data de sua demarcação. Atualmente tem uma área de 175.000 hectares de floresta pré-amazônica, formando um quadrilátero irregular nas alturas dos paralelos $30^{\circ}30'$ e $30^{\circ}05'$ e os meridianos 46° e $46^{\circ}20'$, tendo como limites ao norte e oeste o rio Caru, que desce no rio Pindaré, limite leste, e ao sul, o igarapé da Água Branca e uma linha seca de 25km que liga as cabeceiras deste igarapé às cabeceiras do rio Caru. Nessa extremidade encontra-se a Serra do Tiracambu, cuja elevação máxima deve estar em torno de 600 metros, e que serve de divisor de águas entre o rio Caru e o Pindaré, na quela altura.

Está situada no município de Bom Jardim, sendo que seus limites orientais e ocidentais fazem divisa com os municí

pios de Santa Luzia e Carutapera, respectivamente. Esses três municípios possuem uma população rural de 30.000 pessoas (ver Censo de 1980) e ainda em expansão para as áreas "devolutas" de floresta virgem. Dezenas de povoados e "centros" fazem pressão sobre a reserva nas margens dos rios Caru e Pindaré. Por sua vez estão perenemente ameaçados por grileiros e por fazendas que lá pretendem se instalar, o que já resultou em inúmeras lutas armadas entre camponeses, jagunços e a Polícia Federal. Em épocas de eleições, os políticos locais angariam votos prometendo aos seus possíveis eleitores que eventualmente "liberarão" a área indígena para todos.

Por outro lado, a construção da Ferrovia Carajás abriu novas esperanças de "progresso" para a região, pois facilitou enormemente a comunicação entre a cidade de Santa Inês e os povoados ao longo do rio Pindaré -- por onde passa o leito da Ferrovia -- e mesmo os do rio Caru, os quais até 1980 eram servidos exclusivamente por barcos ou "lanchas", de precária e extremamente lenta eficiência. Já que a Ferrovia, ao ser concluída, não dará acesso rodoviário a esses povoados (como o tem feito até agora), haverá uma enorme depressão econômica na região e um considerável aumento de insatisfação coletiva. Por outro lado, se fôr correto que as terras dessa região serão arrendadas a empresas agro-pastoris ou vendidas a capitais brasileiros, haverá um incalculável transtorno social.

É neste quadro que se situa a Reserva Caru. A Ferrovia Carajás margeia o seu limite oriental do rio Pindaré por cerca de 50 km, da altura do km 330 até o km 281 a uma distância média de 100 metros. O futuro ramal vindo de Paragominas

irá margear o limite setentrional do rio Caru.

5.1. Reserva Florestal do Gurupi

A problemática da Reserva Caru está inserida igualmente dentro da Reserva Florestal do Gurupi, criada pelo Decreto nº 51.026, de 25 de julho de 1961, pelo então presidente Jânio Quadros. Esta reserva possui oficialmente uma área de 1.674.000 hectares e tem como limites, de acordo com o Art.2o.:

"A Norte e Oeste pelo Rio Gurupi desde a localidade de Itamataré até o segmento do paralelo 4°. A Norte e a Leste uma linha seca ligando Itamataré na margem direita do Rio Gurupi até Pimentel, no Rio Pindaré; daí pelo Rio Pindaré até o segmento do paralelo 4°. Ao Sul pelo segmento do paralelo 4° "

No seu artigo 4º, reza que:

"Dentro do polígono constitutivo da Reserva Florestal do Gurupi, serão respeitadas as terras do índio de forma a preservar as populações autóctones, de acordo com o preceito constitucional e a legislação específica em vigor, bem como os princípios de proteção e assistência aos silvícolas, administrados pelo Serviço de Proteção aos Índios."

Após a demarcação atual de duas reservas indígenas, restou ainda oficialmente uma área de cerca de 970.000 hectares como pertencentes à Reserva Florestal do Gurupi. Calculando grossieramente, cerca de um terço desta área já está tomada por camponeses que penetraram a região do rio Caru a partir de 1966. Podemos, no entanto, supor que a parte sul da reserva, a partir

do segmento do paralelo 4° até o paralelo 3°30', na qual está inserida a Reserva Caru, encontra-se em razoável estado de conservação florística. Porém sabemos que nos últimos anos várias empresas "compraram" vastas glebas dessa terra através do estado do Maranhão e pretendem instalar símbolos demarcatórios para firmar possíveis direitos de propriedade. Esta é uma das maiores aventuras ilegais existentes atualmente no Maranhão, visto que são terras da União e não do estado.

Por outro lado, é nessas terras que se encontram os grupos Guajã que denominei de Alto Pindaré e Gurupi, o que fazem delas, terras constitucionalmente indígenas. Portanto, a reativação, pelo IBDF, desta área como Reserva Federal, com todas as condições de proteção, e pela FUNAI, como área indígena, com todas as condições de assistência -- é imprescindível para que possamos pensar positivamente na problemática indígena regional.

5.2. P.I. Caru

O único posto indígena que existe na reserva é o P.I. Caru. Curiosamente, este posto está localizado na beira do rio Pindaré e não no rio Caru. Recebeu este nome, no entanto, para diferenciá-lo do P.I. Pindaré que se encontra bem abaixo na Reserva Pindaré. Foi criado por volta de 1974 para dar assistência a índios Guajajara da localidade, bem como de outras regiões que para lá estavam migrando. Atualmente são 103 Guajajara em 5 aldeias e cerca de 60 Guajã que são atendidos por uma enfermeira, um monitor-bilingue Guajajara, dois servidores braçais, um motorista fluvial e o próprio chefe do posto. Possui uma lancha a motor diesel e uma lancha com motor de popa de

15 HP.

A primeira grande dificuldade deste posto é o longo perímetro de 190km da reserva que deve ser mantida inviolada de invasões dos inúmeros povoados e "centros" que os margeiam. Praticamente esta é uma tarefa impossível dentro das condições de infraestrutura do posto. Até alguns anos atrás essas invasões visavam a feitura de roças, a extração de madeiras de lei, a quebra de coco babaçu, a pesca nos igarapês do interior da reserva e a caça de animais silvestres. Nos últimos anos diminuíram bastante as invasões para abertura de roças e extração de madeira, sobretudo pela maior facilidade de fiscalização promovida pela construção do leito da Ferrovia. Os motivos para os outros tipos de invasão, no entanto, tornaram-se mais prementes, devido à necessidade dos camponeses locais de suprirem sua falta de dinheiro no período da entre-safra pela quebra do coco babaçu e pela pesca no período da piracema, bens naturais já escassos no lado oposto da reserva devido ao desmatamento local. Pela mesma razão invadem a reserva à procura de caça silvestre, a qual, no entanto, é consumida localmente.

A composição dos índios Guajajara que habitam as 5 aldeias desta reserva é bastante singular. Sendo esta a área original desses índios, onde foram primeiramente contatados em 1612 pelos franceses e de onde várias aldeias foram "descidas" pelos jesuítas em meados daquele século, começaram a perder efetivamente a sua autonomia territorial a partir da década de 50, quando para lá afluíram dezenas de milhares de camponeses que atualmente constituem os municípios de Santa Luzia e Bom Jardim. De cerca de 500 Guajajara que lá existiam até inícios

da referida década, restaram menos de 30 por volta de 1970. A grande maioria morreu de várias epidemias que assolaram a região, o que provocou a saída de outra boa parte para outras localidades, como as reservas Araribóia e Pindaré. Outros passaram a se assimilar às camadas camponesas imigrantes ou se deslocaram para povoados e mesmo cidades, como Imperatriz e Maranhão. Vários desses 30 restantes preferiram permanecer ligados a povoados na margem oposta da reserva, nas condições de camponeses sem terra e frequentemente sujeitos a chefetes locais. Por intermédio desses Guajajara floresceu durante vários anos um estranho negócio no qual esses chefetes cobravam de outros camponeses uma taxa em dinheiro ou em produto pela entrada na reserva para a quebra de coco babaçu ou a retirada da palha e madeirame para a construção de suas casas. Os Guajajara eram usados como aval pelo qual esses chefetes se arvoravam o direito de controlar os bens da reserva.

A partir de 1970 começaram a chegar à reserva famílias Guajajara vindas de áreas, tais como o Baixo Grajaú, onde a FUNAI não criara reservas indígenas e os índios estavam sendo expulsos por fazendeiros locais. Muitas dessas famílias já tinham um alto grau de miscigenação e continuavam a se casar com camponeses locais. Daí resultou que, durante a década de 70, havia cerca de 30 camponeses morando dentro da reserva por benefício de afinidade de terceiro ou quarto grau com os Guajajara. Esses camponeses, por sua vez, permitiam a entrada de parentes próximos ou mesmo de amigos, o que aumentava o seu número e caracterizava a reserva como em vias de ser "liberada". Nos últimos anos, no entanto, por força nem tanto de uma política

exercida pelo posto, mas por reivindicação dos próprios Guajajara, esses moradores esdrúxulos tem sido evacuados da reserva. Em geral, são os Guajajara originários da reserva que mantêm uma atitude mais firme de proteção de seu patrimônio do que aqueles vindos de outras regiões. No entanto, há um alto grau de inter-casamentos entre esses dois grupos, de maneira que se configura uma homogeneidade cultural suficiente para a formação de uma consciência política comum dos seus problemas.

Recentemente chegou ao posto um monitor-bilingue Guajajara para a alfabetização bilingue dos seus compatriotas. Esse monitor, já com seis anos de experiência de ensino em outras aldeias Guajajara, inaugura um novo período de vivência indígena local, cujos resultados só esperamos ser positivos para os Guajajara. O Programa de Educação Bilingue Guajajara tem servido para a formação de um enlargamento de sua consciência étnica, bem como para a preparação de alunos para estudos mais avançados. Dada a continuidade desse Programa através de expansão de pessoal, reciclagem e avanço do ensino, há de se esperar que no futuro os índios Guajajara obtenham condições de gerir os seus interesses étnicos e promover o seu próprio desenvolvimento.

5.3. Sub-sede Guajá

Não existe oficialmente nenhum dispositivo de assistência para os índios Guajá da Reserva Caru. No entanto, existe na prática uma pequena infra-estrutura composta por uma casa e uma roça de mandioca e arroz, guardada por um servidor braçal não-contratado, localizado no igarapé Presídio a cerca de

18 km do P.I. Caru, ou na altura do km 290 da Ferrovia. Esta "sub-sede" foi formada em setembro de 1980 para assistir aos 20 Guajã transferidos do igarapé Timbira e talvez entrar em contato com outros grupos Guajã da reserva, como eventualmente se deu. A criação de um posto, sob o nome de P.I. Awa, foi por nós proposta nessa ocasião ao então delegado da 6a.D.R., mas por motivos de falta de iniciativa, ele ainda não foi criado. Por falta de uma assistência permanente e um desleixo próprio à delegacia de então, morreram três desses índios transferidos em janeiro-fevereiro de 1982. Por outro lado, perdeu-se a oportunidade e tempo de se efetivar um trabalho de contato e assistência de outros grupos Guajã, bem como de organizar um trabalho de fiscalização da Reserva Caru a partir deste ponto de apoio, como havia sido proposto por nós.

Atualmente esta sub-sede conta oficiosamente com a ajuda da chefia do P.I. Caru que para lá se desloca em períodos irregulares para abastecer as necessidades alimentares do servidor, de um enfermeiro eventual, de um responsável pela "sub-sede" e de um rapaz Guajã, vindo do Alto Turiaçu e que aí serve mais ou menos como intérprete do pessoal da FUNAI para os Guajã.

Vale a pena notar que o caso desse rapaz Guajã tem trazido alguns problemas mútuos. Ele é um dos sobreviventes de um grupo Guajã contatado por camponeses no Rio Caru em 1974 e que foi levado para a "Casa do Índio" em São Luís. Lá viveu durante dois anos, onde aprendeu um português passável e depois foi mandado para o P.I. Guajã onde permaneceu até agosto de

1980. Por ocasião da transferência dos Guajá do Igarapé Timbira, foi solicitada a sua presença, e aí permanece desde então. Durante esse período ele se tornou adolescente e passou a viver um drama pessoal de um índio órfão que não sabe para que lado deve se inclinar. Optou precariamente para o lado "civilizado" e passou a se comportar como tal, frequentando as festas promovidas em povoados locais e iniciando o aprendizado de beber cachaça com os peões das Construtoras da Ferrovia. Em nenhum momento a chefia do P.I. Caru tomou a iniciativa de enviá-lo, ao menos temporariamente, para o P.I. Guajá, onde o rapaz tem parentes e gostaria de visitar ou estar. É provável que, sem uma modificação de atitude por parte da FUNAI, haja uma exacerbação dos problemas pessoais desse rapaz, de modo a que ele se torne mais um de tantos casos de índios que não mais se adaptam à sua vida grupal e que se torne assim um pária social.

No sentido mais amplo já expusemos o caso dos índios Guajá.

5.4. Considerações e Recomendações

Por estar inserida numa região de frequentes conflitos sociais, que possivelmente tomarão rumos de maior intensidade nos próximos anos, por carecer de uma infraestrutura necessária à sua proteção e por ter uma população indígena localizada apenas em um quinto de sua área, como é o caso dos Guajajara, ou dispersa e desconhecida, como é o caso dos Guajá, a Reserva Caru vive um momento atual bastante precário e tem como perspectivas um futuro de grande atividade imprópria à sua

inviolabilidade. Por outro lado, é alvissareiro pensar que faz parte de uma área mais ampla de uma reserva florestal federal, cuja ativação poderia lhe proporcionar mais segurança. Tal ativação daria uma oportunidade ao Estado do Maranhão e de certa forma ao Projeto Grande Carajás de conservar uma boa área de seu território da devastação desenfreada que ocorre atualmente nesse estado. Criar-se-ia efetivamente um patrimônio ecológico para futuras gerações, seja pelo seu caráter científico e ambiental, seja pelo seu caráter cultural e humano.

Vale a pena notar que, na opinião de muitas pessoas ligadas à ciência e conhecedoras da região, verifica-se com bastante pesar e temor que as matas da zona ecológica da Pré-Amazônia maranhense têm sofrido um desgaste criminoso nos últimos 20 anos. Não seria descabido prever para os próximos 20 a sua total devastação. Pode-se inclusive supor que, dadas as condições atuais, não restarão mais que as reservas indígenas como representantes dessa zona ecológica. Possivelmente ainda se poderá fazer algo para ampliar essas reservas, enquanto há tempo.

Dentro dessa perspectiva, as seguintes recomendações serão aventadas:

1. Ativação da Reserva Florestal do Gurupi em convênio entre o IBDF e a FUNAI para a preservação desta área no máximo possível e para a facilitação dos meios de sobrevivência dos Índios Guajá que lá habitam. Deverão ser anulados todos os atos de "venda" de terras situadas ao sul da Reserva Caru até o paralelo 4° e a oeste da referida reserva até o rio Gurupi na altura do paralelo 3°30'.

Todas as fazendas já instaladas deverão ser retiradas. Na parte ao norte da Reserva Caru deverão ser criados programas de regularização fundiária para as cerca de 8.000 famílias ou 30.000 pessoas que lá já se instalaram desde 1966. Igualmente deverão ser regularizadas as situações dos 100.000 camponeses que vivem no município de Santa Luzia. Naturalmente tais tarefas não estão na alçada da FUNAI ou do IBDF ou da própria CVRD, mas deverão ser estudadas por esses órgãos junto aos órgãos pertinentes, tais como o GETAT, o INCRA, etc.

2. Criação de postos de vigilância nos extremos dessa nova área.
3. Criação de um programa para Sobrevivência dos Guajã, conforme já discutido na seção 3.
4. Capacitação de pessoal Guajajara para auxiliar a conservação da Reserva e para gerir seu destino nos próximos dez anos. Isso poderá ser feito por programas de educação bilingue e treinamento de pessoal de saúde através dos Centros de Debate da Ajudância propostos anteriormente.

6. RESERVA PINDARÉ

De todas as reservas indígenas do Maranhão esta foi

a que mais sofreu dilapidações ao longo dos anos. Inicialmente fazia parte de uma vasta área que compreendia todo o vale do rio Zutiua, afluente da margem direita do rio Pindaré que até a década de 50 era exclusivamente habitada por índios Guajajara, e que hoje é a totalidade do município de Santa Luzia. Hoje não há mais índios Guajajara nesta região, embora a cidade de Santa Luzia tenha sido povoada, a partir de 1950, por camponeses que deslocaram os Guajajara da aldeia de Bananal. O lago Tarupaú, por onde passará a Ferrovia Carajás, era área de pesca dos Guajajara da aldeia Lagoa Comprida, de onde vários índios saíram e hoje habitam a Reserva Pindaré. Em 1961 surge o primeiro projeto de demarcação da atual área. Ela compreendia cerca de 40.000 hectares oficialmente reconhecidos até 1977 quando foi demarcada pela FUNAI com cerca de 13.400 hectares. Posteriormente foi retificada para os atuais 15.005 hectares.

Situa-se no município de Bom Jardim a cerca de 15km desta cidade e 10 da cidade de Santa Inês, localizada do lado oposto do rio Pindaré. Este rio serve-lhe de divisa por uma extensão de 43km. Sua forma é irregular, sendo ligeiramente parecida com uma meia lua. O igarapé Limociro, com uma extensão de 21km é sua outra divisa natural. Por último, a divisa oeste e norte é uma linha seca de cerca de 16,5km, a qual a certa altura faz fronteira com o município de Monção.

Durante o seu processo de demarcação mais da metade da reserva estava invadida por camponeses que, ou por conta própria, ou por conviência de antigos chefes de posto, devastaram toda a área de sua floresta original para o plantio de arroz e mandioca. Os políticos locais pressionaram a FUNAI para

diminuir ainda mais a reserva, inclusive insuflando os camponeses a violências físicas contra os chefes de posto mais recentes que se empenharam na demarcação. A perda de mais da metade da reserva original se deu, de fato, pelo grau de invasões já existentes, mas de certa forma também pela conivência de alguns funcionários da FUNAI que não via com bons olhos a preservação dessa reserva. Era lugar comum se especular que os índios dessa reserva deveriam ser transferidos para outra reserva, supostamente a Reserva Caru. Argumentava-se que os Guajajara locais já estavam em alto grau de aculturação, ou mais propriamente, como falavam, de "esculhambação". Durante a construção da rodovia Belém-São Luís, iniciada por volta de 1964 e concluída em 1973, e que atravessa a reserva pelo meio por uns 10km, dizia-se que os índios tinham se entregue à bebida desenfreada e suas mulheres à prostituição. Viviam quase que da quebra de coco babaçu, do qual sua reserva abunda, e da pesca comercializada durante os meses em que as águas do rio Pindaré baixam. Aparentemente não faziam mais roças de mandioca e portanto tinham que comprar seus alimentos de camponeses.

De fato, ressalvadas as devidas proporções, os índios que habitam a Reserva Pindaré sofreram tanto quanto a sua terra nesse processo de imigração de enormes contingentes de camponeses a partir de 1959. Basta ver que todos os povoados e cidades criados em terras do lado esquerdo do rio Pindaré datam deste período. Bom Jardim é primeiramente habitada em 1962, Zé Doca, em 1964, os principais centros urbanos da região. Durante a década de 60, antes da construção da ponte sobre o rio Pindaré, a passagem de pessoas se dava através da aldeia Guaja

jara onde está o próprio posto indígena. Os chefes de posto não tinham o menor escrúpulo em permitir festas e venda de bebidas no local. Foram eles inclusive que iniciaram a prática de arrendamento de terras a camponeses, que no final veio a resultar na perda de mais da metade da reserva. Igualmente fonte de receitas ilícitas era a venda ou troca do gado da reserva, patrimônio dos índios, pelos chefes de posto.

Em 1975, quando estivemos na reserva pela primeira vez, afigurava-se um quadro desolador. Havia mais de 2.500 camponeses na área, os índios estavam desmoralizados pelo medo de perder suas terras, passavam necessidades básicas devido ao não plantio, e viviam exclusivamente da venda do coco babaçu ou mesmo do "aluguel" de cocais para moradores locais. Alguns funcionários da 6a.D.R. falavam na extinção da área, dando-a como perdida. Mas a recusa obstinada dos índios a qualquer solução deste tipo levou a FUNAI a uma luta para a demarcação oficial da área e retirada dos invasores. A determinação de dois ou três funcionários durante esse ano e 1976 concluiu esse projeto.

Devido à proximidade da reserva com a cidade de Santa Inês, suas terras começaram a ser cobiçadas por interesses relacionados com o esperado desenvolvimento industrial da cidade, que será trazido pelo seu estabelecimento como um dos "polos industriais" do Projeto Grande Carajás. Em agosto de 1982, uma empresa de construção afiliada ao Ministério da Aeronáutica pediu e lhe foi concedida licença da FUNAI em Brasília para iniciar trabalhos topográficos com o fim de construir o aeropor

to internacional de Santa Inês na Reserva Pindarê. Essa licença, cuja cópia foi enviada à 6a.D.R. era assinada não pelo então presidente da FUNAI, Cel. José Carlos Nobre da Veiga, mas pelo seu assessor, Cel. Ivan Zanoni Hausen. De qualquer modo, uma equipe da referida empresa entrou na reserva para fazer medições. No entanto, encontrou forte resistência por parte dos índios e desistiu. Em seguida, tentou novamente e desta vez as resistências foram mais agressivas. Por fim e ao cabo de várias reuniões, reportadamente deslegantes, o assunto acabou.

Resta saber se temporariamente ou não. O fato é que parecia haver interesses políticos e econômicos na construção do aeroporto na reserva, precisamente porque os custos de indenização seriam menores. Por outro lado, o incidente feriu profundamente os direitos dos índios: Guajajara e a Constituição brasileira.

De qualquer modo, este é apenas um dos exemplos de má fé pelos quais já passaram esses índios. Visto que esta reserva aumentará de valor nos próximos anos, sua inviolabilidade requererá um tanto mais de preparo político e dedicação indigenista por parte da FUNAI.

6.1. P.I. Pindaré

O quadro que apresentamos anteriormente dá para prever as linhas gerais que traçaremos sobre a história deste posto. É o mais antigo dos postos indígenas criados no Maranhão. Data de 1916, quando foi construído muito acima do Rio Pindaré na altura do igarapé da Água Preta. Em 1919 foi atacado por um grupo de guerreiros Urubu-Kaapor, resultando em várias mortes de Guajajara e sua transferência para a atual localidade. Chamou-se Gonçalves Dias até 1970, quando a nomenclatura de postos indígenas foi mudada em todo o Maranhão.

Durante essa longa história o posto passou por mãos de vários tipos de chefes, com resultados quase sempre não enaltecidos. Por alguns anos na década de 40 foi também um Posto de Atração dos Guajá, sem que nenhum Guajá tenha sido "atraído", pelo menos permanentemente. Em fins da mesma década, recebeu a doação de um rebanho bovino e alguns muares, cujos resultados positivos são desconhecidos. Contrário às intenções previstas, não criou entre os índios uma cultura pastoril, nem precisamente serviu de ajuda econômica ao posto. O usufruto bovino dos índios se resumia ao abate de uma res por ocasião das comemorações do Dia do Índio e frequentemente por ocasiões em que o gado invadia as suas roças e eles o matavam, às vezes para sofrer punições dos chefes de posto.

O velho Manuel Viana, talvez o Guajajara mais idoso atualmente, com cerca de 90 anos, e habitante da Reserva desde 1930 (tendo nascido no Caru), conta a história deste posto sem nenhum saudosismo. Se, por um lado, recorda como "bons tempos"

a época em que havia caça abundante e muitos índios por todo o Vale do Rio Pindaré, reflete acertadamente, que os tempos mudavam sempre impiedosamente. É certo que ele, viúvo desde 1978, sobreviveu a seis mulheres consecutivas e tem como sobreviventes apenas três filhos e netos de suas duas últimas esposas. Na verdade só nos últimos anos é que tem-se notado um aumento populacional nesta reserva.

Atualmente vivem na reserva cerca de 295 índios Guajajara e 10 remanescentes de Timbira Krējê em 7 aldeias, ou mais precisamente em 5, já que duas delas têm menos de 10 pessoas. Dos Guajajara com mais de 40 anos são pouquíssimos os nascidos na Reserva. Vieram quase todos das aldeias do vale do Pindaré e do Rio Caru. Desde a década de 40 a população Guajajara da Reserva tem permanecido em torno de 200 pessoas, e mesmo acrescida de imigrantes Guajajara, sua população, excetuando os últimos anos, tem crescido muito lentamente. Esse quadro contrasta negativamente com outras áreas Guajajara, como a Reserva Bacurizinho ou Araribóia, cujas populações quase que triplicavam no mesmo período.

A Reserva Pindaré não tem sido um refúgio só para os Guajajara. Desde a década de 60 lá vivem duas ou três famílias de índios Timbira Krējê vindos do Baixo Mearim. Perderam seus direitos sobre as terras onde viviam, as quais eram ignoradas pelo então SPI, e aqui se refugiaram. Atualmente alguns de seus membros são casados com Guajajara e seus filhos assimilados como Guajajara. Vários deles saíram da reserva por terem tido conflitos com Guajajara e/ou com chefes de posto.

Em 1975 apareceu um grupo de remanescentes indígenas vindo da Serra de Ibiapaba, no Ceará, pedindo apoio da FUNAI. Contaram que foram expulsos de lá em 1951 e que vieram morar no Maranhão desde então. Ficaram na região do Baixo Grajaú até recentemente, quando de lá foram expulsos. Eram uma só família extensa, composta de um casal, seus sete filhos e suas respectivas famílias. O casal velho tinha todos os traços fisiológicos de ser índio, e tinham um pequeno vocabulário de palavras de origem Tupi-Guarani. Possivelmente eram descendentes de antigos índios aldeados pelos jesuítas no atual município de Viçosa, Ceará. Seus filhos eram todos casados com camponeses maranhenses ou cearenses. Pela sua origem ficaram conhecidos como "cearenses". Na ocasião a FUNAI permitiu o seu estabelecimento na reserva, e eles ajudaram bastante a expulsar os invasores de então. Posteriormente foram retirados e passaram a morar em Santa Inês. A partir de 1981 foram aceitos de novo na reserva na condição de não permitirem a entrada de nenhum civilizado. Já o velho casal havia morrido e seus filhos não conseguem manter a coesão de família extensa de então. No entanto, mantêm atualmente um bom relacionamento com os Guajajara.

O chefe de posto atual, o Sr. José Benvidio Castro, é o principal responsável pelo bem-estar atual dos índios da Reserva. Através da criação de uma "cantina" e do financiamento por gêneros alimentícios para o feitiço de roças - com um simples programa econômico - os Guajajara e os outros índios têm produzido bons resultados agrícolas nos dois últimos anos. Igualmente tem se estabilizado a presença de enfermeiro e de professora, embora esta última não seja bilingue. Ademais, devi-

do à passagem de uma rede elétrica pela reserva, obteve-se a eletrificação do posto e das casas dos índios que moram na aldeia Januária, na medida em que os índios paguem pela sua própria instalação elétrica. Uma outra rede passará pela reserva e assim planeja-se obter recompensação por benefícios aos índios. Várias outras possibilidades, como a venda de areia para uma Construtora, permitiriam mais benefícios locais sem haver intruzões na vida cultural e econômica local.

O rebanho bovino do posto está sob os cuidados de um vaqueiro. Até dois anos atrás tinha cerca de 250 cabeças, quando então, por sugestão nossa, a sua maioria foi vendida e o dinheiro aplicado em benefício do posto e dos índios. O que restou foi distribuído às famílias indígenas à razão de uma cabeça por família. Combinou-se que os seus donos esperaríamos alguns anos para usufruírem de suas propriedades como quisessem. Por decisão coletiva optaram pela permanência do vaqueiro, como funcionário da FUNAI, sem direito a vendas por bezerro nascido, como antes era costume. Não se pode dizer que o problema que antes existia por invasões de gado em roça tenha acabado, mas a certeza de que o gado lhes pertence deixou os índios bem mais satisfeitos.

5.2. Considerações e Recomendações

A posição da Reserva Pindaré na problemática indígena na atual do Maranhão tem uma feição singular. É uma das menores, tem sua mata quase toda derrubada (restam apenas cerca de 100 hectares de mata virgem), possui uma relativamente alta densidade populacional - e sobretudo encontra-se numa região que

vai passar por um intenso processo de mudança. Pode-se prever que os interesses que se debruçam sobre ela usarão de meios sutis para obtê-la. A idéia de lá construir um aeroporto de porte internacional, se não era inconspícua, se apresentava com faces tentadoras, pois se supunha trazer benefícios para a população local. Os Guajajara, no entanto, mais que depressa perceberam que estariam no fim de suas possibilidades históricas, caso permitissem a sua construção. E assim convenceram outros funcionários da 6a. D.R. a transmitirem a sua decisão às autoridades competentes.

As atividades dirigidas pelo P.I. Pindaré têm trazido novo alento às populações indígenas locais, através de um razoável atendimento médico (sobretudo devido à pequena distância de Santa Inês), de um constante programa de educação, de um incentivo à agricultura e de uma possibilidade de surgimento de condições de vida semelhante à de povoados locais. Os índios Guajajara, bem como os demais, podem se sentir a caminho de um verdadeiro avanço na sua vida como povo, resguardando a sua cultura como desejarem e participando de um período de mudanças mais ou menos positivas.

Nesse duplo sentido, de alerta e de esperança, proporemos as seguintes recomendações:

1. - Criação da Ajudância do Pindaré, com Centros de Convergência e de Debates - para servir aos índios, reservas e funcionários da FUNAI que vivem nas áreas de impacto indireto da Ferrovia Ca

rajás. Essa Ajudância seria localizada na reserva, numa área de 50 ha. escolhida de comum acordo com os Índios Guajajara. Já explicamos os seus propósitos na seção 2. Enfatizaremos o seu caráter de firmador da continuidade da Reserva Pindaré, bem como de descentralização da 6a.D.R.

- 2 - Continuidade de projetos de incentivo à agricultura, introduzindo empréstimos em dinheiro com baixos juros. Acreditamos que os Guajajara paulatinamente saberão se utilizar desses meios e portanto cabe à FUNAI a sua introdução.
- 3 - Continuidade de expansão de infraestrutura moderna, tais como, eletricidade, água encanada, com poços artesianos, etc.
- 4 - Intensificação de educação, sobretudo introduzindo o ensino bilíngüe.
- 5 - Especificamente aos Guajajara, intensificação de seus contatos com os demais Guajajara de outras reservas, bem como os Tembê do Rio Gurupí e da Reserva Guamã (PA), através de reuniões de lideranças, para tomarem consciência de sua unicidade étnica e formularem um visão comum de sua existência no mundo moderno.

Enfim, como conclusão final, fica nossa avaliação ge-
ral de que as recomendações aqui apresentadas formam um conjunto
de possibilidades históricas e políticas que poderão ser encami-
nhadas, e que esperançosamente poderão criar um pensamento e
uma ação indigenistas propiciadores da continuidade étnica dos
índios do Maranhão. Desta forma poderemos levar adiante o nosso
destino de uma nação pluralista e democrática.

BIBLIOGRAFIA

Fundação Nacional do Índio - Estatuto do Índio, Brasília, Ministério do Interior, 1973.

Eduardo Galvão e Charles Wagley - Os Índios Tenetehara. Rio: Ministério da Agricultura, 1961.

Mércio Pereira Gomes - "The Ethnic Survival of the Tenetehara Indians of Maranhão, Brazil. Tese de doutoramento (inédita). University of Florida, 1977.

_____ - "Manuscritos Inéditos" e "Relatórios",
1977 a 1982,

Carlos Moreira Neto - "A Política Indigenista Oficial no Século XIX". Tese de doutoramento (inédita). Universidade Federal de São Carlos, 1975.

Curt Ninnendaju - The Eastern Timbira. Berkeley and Los Angeles: The University of California Press, 1946.

Darcy Ribeiro - Wirã vai à procura de Deus. Rio: Paz e Terra, 1978.

_____ - Os Índios e a Civilização. Rio: Vozes, 1977.

Murilo Santos - Comunicação pessoal, 1981.

Virgínia Valadão - Comunicação pessoal, 1981.

World Bank - Tribal Peoples and Economic Development. Washington, 1981.